



## EM DEMANDA DOS ENLACES NA SISTEMATIZAÇÃO ORTOGRÁFICA

*Evanildo Bechara*

Inaugurando o período dos livros impressos, desde cedo os idiomas românicos – para só falarmos deste domínio lingüístico – começaram a sentir a necessidade de fazer algumas adaptações ao alfabeto latino para que pudessem melhor adequar-se aos novos sistemas fonéticos e fonológicos. Muito tiveram de esperar essas mudanças, dificultadas pelo peso da tradição gráfica etimológica vinculada ao latim e ao grego.

Por isso, não se deve entender ao pé da letra que o início do sistema gráfico das línguas românicas – português, inclusive – era “fonético;” a denominação deve entender-se tão-somente como diferente do excesso etimologizante que iria caracterizá-lo sob o influxo do Renascimento, entre os sécs. XIV a XVI.

Como bem acentua Migliorini,<sup>1</sup> essa vassalagem das línguas vulgares ao latim era funcionalmente incoerente e um grave empecilho àqueles a quem mais comumente iriam servir, já que esses não sabiam latim.

Vencidas as primeiras dificuldades para a representação distintiva do *i* e *u* com valor de vogal e de consoante (*i* / *j*; *u* / *v*), um grande empecilho no italiano e no português era o modo de grafar *e* e *o* com timbre aberto e fechado. Neste sentido, o italiano Giangiorgio Trivissino (1524) recorreu ao aproveitamento, respectivamente, das vogais gregas  $\epsilon$  e  $\omega$  para o timbre aberto, por  $\epsilon$  e  $\omega$  para timbre fechado. É esta lição que também propôs João de Barros.

O eruditismo clássico etimológico posterior encontrou no sistema ortográfico o domínio ideal para instalar-se como reação à perda do prestígio do latim

como língua oficial dos documentos régios e oficiais, depois do papel inicial desempenhado pela dinastia de Avis em prol do favorecimento da presença, nestas circunstâncias, da língua portuguesa, apesar das reclamações de figuras intelectuais de peso, do porte de um Duarte Nunes de Leão.

À medida que o conhecimento das línguas clássicas, especialmente do latim, se foi tornando mais raro, foi-se perdendo a orientação pelo modelo e a grafia das palavras, com a falta de princípios de uma etimologia científica, facilmente foi subjulgada pelo subjetivismo incontável dos autores, copistas e editores.

Os quatro princípios pelos quais desde cedo se procurou ordenar o sistema ortográfico dos idiomas como o português traziam no seu bojo os germes da incompatibilidade: a *pronúncia*, a *etimologia*, o *uso* e o *traço de distinção*.

Pela *pronúncia* entendia-se que a ortografia atenderia à maneira como se diz e se ouve a palavra, sem para isso se empregarem sinais que não se dizem, ou, consoante a lição de João de Barros: “A primeira e principal regra na nossa ortografia é escrever todas as dições com tantas letras com quantas as pronunciamos, sem poer consoantes ociosas: como vemos na escritura italiana e francesa” (*Gramática*, fl. 42 r).

Pela *etimologia*, a forma gráfica se relacionava com a sua origem, razão por que, como lembra Soares Barbosa, “admite letras, que presentemente não tem outro préstimo senão para mostrar a origem das palavras” (*Gramática*, 57). O critério etimológico que tem em Duarte Nunes de Leão seu ardoroso defensor, repete-se no séc. XVII com João Franco Barreto e Bento Pereira, e chega, com maior intensidade, ao séc. XVIII, pela obra de Madureira Feijó.

O critério do *uso* (entenda-se aqui o uso dos *doutos*, e não do *vulgo*) baseia-se na prática dos bons autores. Pela constante divergência na prática deles, é dos critérios o mais precário e o mais difícil de sistematização, principalmente quando se afasta da pronúncia e da etimologia.

O quarto critério – o dos *traços de distinção* – há de se apoiar, tanto quanto possível, nos elementos oferecidos pela pronúncia e pela etimologia, e consiste em procurar distinguir graficamente vocábulos homófonos. Gandavo, já no século XVI, propunha a distinção entre *a* e *à*, *o* e *ó*, *a* e *há*, por exemplo, enquanto se serve do *y* para separar formas verbais como *elle ceya* de formas substantivas como a *cea*.

Caminhando as propostas de reforma ortográfica até nossos dias, vemos que de tais disposições, desde a orientação sônica da Comissão da Cidade do Porto, em 1878, sob a responsabilidade de Barbosa Leão (que mereceu contundente voto contrário de Latino Coelho, como relator do parecer da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1879), até a mais científica, de autoria do foneticista e lexicógrafo Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, de

1911, em última análise derivam os sistemas ortográficos portugueses e brasileiros de maior aceitabilidade nos respectivos países, como o defendido por Rebelo Gonçalves (1940) e o de 1945, para Portugal, e o da Academia Brasileira de Letras (1943), para o Brasil, e, posteriormente, os de 1986 e 1991, ainda à espera de sanção oficial, elaborados por uma Comissão mista da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras.

Não se pode negar que esse longo percurso do século XVI aos nossos dias favoreceu a que nosso idioma pudesse contar, como conta, com um sistema que, dentro do alcance que pode ter em relação a idiomas de notável riqueza fonológica, fica muito próximo do ideal. Já em 1911, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em entrevista ao jornal *O Primeiro de Janeiro*, aludia a essa dificuldade de o sistema gráfico ser completo e acabado para a língua portuguesa, apesar de todas as vantagens que pudesse oferecer a proposta reformadora de 1911:

*As dificuldades que continuarão a existir na escrita portuguesa, depois de simplificada e regularizada, serão mesmo mais numerosas do que as que existem na italiana e na castelhana, porque resultam (torno a dizê-lo) da fonologia finíssima da língua, com as suas vogais abertas, fechadas e reduzidas, puras e nasais, com os ditongos, o enfraquecimento das átonas, a metafonía dos nomes e verbos (ôvo, óvos; dêvo, déves; sinto, sentes; receio, receamos; odiar, odeio), a variedade dos plurais, produzida em parte pela forma abreviada de muitos termos, em razão da queda de l, n, entre vogais – particularidades com as quais temos de conformar-nos.*

As dificuldades apontadas por D. Carolina ficam minimizadas quando pensamos que o nosso sistema ortográfico, em muito boa hora, sempre se pautou por critérios fonológicos, e não exclusivamente fonéticos, o que facilita em muito a tarefa do estabelecimento de princípios propostos pelos ortógrafos do século XVI aos nossos dias.

Para um sistema baseado exclusivamente na representação física dos sons, em vez do valor distintivo dos fonemas, como faz hoje a fonologia, cabem muito bem as preocupações levantadas por Latino Coelho, em 1879, à proposta da Comissão do Porto, que defendia uma ortografia em que “para cada som haja um único sinal, e cada sinal tenha por função exclusiva o transcrever um som e nada mais” (*Parecer*, pág. 8):

*Porque é sabido que, por única, uniforme, que seja a língua de uma nação das que têm um só idioma, são tantas pelo menos as variantes de pronúncia, quantas as regiões em que o seu senhorio se reparte, e onde as tradições, os*

*hábitos, os costumes, as procedências etnológicas, as afinidades com os países comarcãos imprimem à povoação um caráter provincial, distinto, autonômico moralmente. Qual será pois a prosódia que elegeremos como padrão para lhe referirmos a nova ortografia? A do Minho? A da Beira? A do Algarve? A de Lisboa? Mas na própria capital um ouvido mimoso e delicado, teretes et religiosae aures, na expressão de Cícero, alcançaria vislumbrar, ainda entre gente urbana e cultivada, mais de uma diferença essencial (Ibid., 14-15).*

Consegui o sistema hoje vigente eliminar os grupos gregos *th, ph, rh, ch* (= *k*) e *o y*; as consoantes dobradas sem valor funcional; os grupos latinos *ct, mn, mpt, gm, gn* puramente etimológicos; com os recursos hauridos na fonologia histórica, pôde fazer frente às distinções de homófonos do tipo de *coser* e *cozer* ou *paço* e *passo*.

Começaram os problemas, quando o sistema tentou fixar o emprego dos sinais diacríticos, a começar do acento agudo e do acento circunflexo, marcadores de vogais tônicas de timbre aberto e fechado.

Com este movimento de pedra no complexo tabuleiro de xadrez fonético do português, surgiram e se aprofundaram os casos que marcam as diferenças e mudanças que caracterizam uma língua histórica falada em tantas partes do mundo. Como bem já tinham notado os primeiros gramáticos da língua e, mais recentemente, o já citado Latino Coelho a comentar a dificuldade e as incertezas de fixar um padrão de pronúncia diante de tantas variantes, mesmo sem sair do território português, é impossível uma reforma ortográfica com vista a uma unificação no domínio de uma língua histórica baseada na realidade fonética.

Abre-se, dessa forma, o corredor de grafias diferenciadas para atenderem à realidade fonética de Portugal e do Brasil: *Antônio, Antônio; sêmen, sêmen; pônei, pônei*, e tantos outros, o que põe em risco a propalada unificação ortográfica como fator decisivo para a promoção de qualquer acordo entre os países lusófonos, especialmente entre Portugal e Brasil.

Dessarte, as Academias responsáveis pela elaboração de um projeto de reforma ortográfica com vista à unificação deverão formular princípios de emprego de acentuação tônica que evitem os casos que envolvem os contrastes de timbre aberto e fechado, como já fazem – sem emprego de qualquer sinal diacrítico – em *poeta* (com *e* aberto) e *baeta* (com *e* fechado) e *osso* (com *o* fechado) e *ossos* (com *o* aberto), grafias zeladoras de diferenças ortoépicas que não constituem nenhuma dificuldade a um leitor de cultura mediana.

Por esse princípio simples, evitar-se-ão que, num projeto que visa a uma unificação no sistema gráfico, sejam obrigados os portugueses a usar o acento agudo nas vogais *e* e *o* dos paroxítonos terminados em *n, r* ou *x*,

quando imediatamente seguidos de *m* ou *n* (*sémen*, *xénon*, *fêmur*, *vómer*, *Fênix*, *ônix*, etc.), enquanto os brasileiros, neste mesmo caso e nas mesmas circunstâncias, usarão o acento circunflexo (*sêmen*, *xênon*, *fêmur*, *vômer*, *Fênix*, *ônix*, etc.).

Repare-se que, ainda que existente a mesma duplicidade de timbre na vogal tônica, os projetos ortográficos vigentes (1945 em Portugal, 1943 no Brasil) não obrigam o emprego de qualquer sinal diacrítico em *amo*, *ama*, *amigo* e tantos outros.

Esta preocupação de distinção fonética no timbre da vogal tônica chegou a criar um critério que mereceu reparo da crítica em nome da pretendida unificação. É o caso da acentuação divergente da terminação – *amos* do pretérito perfeito do indicativo dos verbos da 1ª conjugação, para distingui-la do presente do indicativo (*falámos* em Portugal, *falamos* no Brasil), bem como a lição de que a forma *demos* seja contemplada, em Portugal, com um acento circunflexo (*dêmos*), no presente do subjuntivo, para distingui-se de *demos*, pretérito perfeito do indicativo.

Outro caso análogo, que briga contra a unificação, é o que, no projeto de 1991, manda serem assinalados com acento agudo os ditongos *éi*, *éu*, *ói* nas palavras oxítonas, mas sem o referido acento nos paroxítonos, sob a alegação da existência de “oscilação em muitos casos entre o fechamento e a abertura na sua articulação.” Assim, acentuam-se *anéis*, *céu(s)*, *herói(s)*, mas não com os *ei* e *oi*, como *assembleia*, *epopeico*, etc., tendo em vista a existência de *aldeia*, *baleia* e *apoio*, *dezoito* e tantos outros.

Tenha-se presente que a unificação ortográfica – fruto de mera convenção – não significa unificação lingüística – resultado da técnica histórica e da tradição de uma comunidade.

Por isso, fixados os princípios ortográficos, eles não podem deixar de registrar as variantes fonéticas de língua, quer no domínio da ortoepia, quer no domínio da prosódia. Não são, portanto, objeto de unificação ortográfica divergências como *bebé* / *bebê*, *metro* / *metrô*, *Antônio* / *Antônio*, *amámos* / *amamos* (pret. perfeito), *aspecto* / *aspeto*, realidades que podem até coexistir tanto em Portugal quanto no Brasil, em variantes diatópicas, diastráticas e diafásicas.

A nossa proposta não é que os princípios ortográficos fechem, *à outrance*, os olhos a tais fenômenos. O que aqui propomos é que eles erijam normas convencionais de escrita que, principalmente na acentuação tônica, fujam a estabelecer critérios distintivos para esses contrastes. Felizmente, são poucos esses casos, quase sempre em relação às vogais nasais e certos ditongos; de modo que, numa análise mais profunda dentro desta perspectiva, as

Academias de Portugal e Brasil podem chegar a uma solução mais racional e com maior possibilidade de adesão geral.

Outra orientação seguida pelos ortógrafos da língua e que muito obstáculo tem criado a uma sistematização de nossa grafia é o que diz respeito ao tão fugidio quanto subjetivo critério da “perda da autonomia fonética, formando o conjunto perfeita unidade de sentido,” no emprego do hífen, lição que encontra exceção a cada consulta ao dicionário, além das permanentes indecisões por parte de quem escreve. Por que princípio se explica o recurso ao hífen em *fim-d e-século*, enquanto *fim de semana*, *fim de mundo*, *fim da picada* não o fazem? Por que *rodapê* se escreve junto e *roda-pisa* se escreve separado por hífen? Por que *fio dental* sem hífen, quando designa o fio para remover dos dentes detritos de alimento, mas *fio-dental*, com hífen, para indicar o sumário biquini de praia?

Por mais que se procurem explicações fundadas na perda da autonomia fonética ou na perfeita unidade de sentido, jamais se encontrarão motivos que apontem para um critério, por mais tênue que seja. Daí se acumularem as regras para o emprego do hífen. O *Formulário Ortográfico* brasileiro de 1943 levantara dezoito regras, e quando veio o *Acordo* de 1991, pelo qual se esperou uma solução mais racional, ficamos surpresos quando vimos que, antes de uma diminuição, o número subira para vinte e cinco, com sete regras a mais.

Uma tentativa de achar o fio da meada que justifique ou não o emprego do hífen em numerosas expressões escapa tanto ao especialista quanto ao homem comum. Não é sem razão que um professor brasileiro já disse que a hifenização no português é um caso de infernização. Por outro lado, a ortografia, que pertence à dimensão idiomática da linguagem, não pode colocar sobre seus ombros diferenças que pertencem à dimensão do texto, como, em muitos casos, se assenta o recurso ao hífen.

Todavia, pondo-se de lado como único princípio orientador a questão de autonomia fonética e unidade de sentido, as Academias poderiam sugerir normas bem mais racionais, de fácil percepção pelo homem comum, que viriam diminuir consideravelmente os casos de hifenização, e, com eles, certos problemas correlatos, como, por exemplo, o uso do apóstrofo – que ainda propõe dúvidas –, e o plural de compostos, outro quebra-cabeça do nosso idioma, esse já do domínio da morfologia.

Um capítulo que poderia desde logo ser simplificado diz respeito aos formados com prefixos: por que uns são ligados diretamente ao radical, enquanto outros não o são nunca e um terceiro grupo que, conforme certas circunstâncias, pode ou não ser separado por hífen?

A quase uma dúzia de regras para legislar esses casos pode ser reduzida a uma só, acessível ao homem comum e facilmente testada pelo seu saber

lingüístico: *escrever-se-ão* sem hífen quando a junção do prefixo ao radical não levar a uma leitura defeituosa.

Para que tal regra tenha cabida, basta observar as seguintes providências, alguma das quais já contempladas nos sistemas vigentes:

a) eliminação do *h* inicial do radical: *infraepático*, *anteistórico*, *superumano*, *supraumano*, etc.

b) simplificação de vogal quando duas vogais, iguais ou não, se unirem, desde que isto não falseie a leitura: *contralmirante* (contra + almirante), *antigiênico* (anti + higiênico), *suprauxiliar* (supra + auxiliar), mas, por exemplo, *preescolar* (pré-escolar), *andá-açu*, *protoomem*, *pseudoarte*, *composição*, *coirmão*

c) duplicação do *r* e *s* para manter a articulação dessas consoantes: *neorrepblicano*, *protorrevolucionário*, *prorreitor*, *pseudorrevelação*, *semisselvagem*, *ultrassensível*, *sobressaia*, *minissaia*

d) manutenção do hífen quando a consoante ou *m* ou *n* final do 1º elemento não se unir na pronúncia à consoante inicial do 2º elemento: *abrogar*, *a d-renal*, *sub-região*, *be m-nado*, *bem-nascido*, *sub-lingual*, *circumnavegação*, *recém-nascido*, *pan-mítico*, *pan-negritude*

e) manutenção do hífen quando não se unirem na pronúncia a consoante ou *m* ou *n* final do 1º elemento à vogal ou *h* inicial do 2º elemento: *bem-aventurado*, *bem-humorado* (mas *malumorado*), *circum-ambiente*, *circum-hospitalar*, *aquém-oceano*, *capim-açu*

f) manutenção do hífen quando o final do 1º elemento for consoante ou *m* igual à do 2º elemento, exceto *rr* e *ss*: *sub-bibliotecário*, *circum-murado*, *além-mar*

g) mudança do *m* final do 1º elemento para *n*, quando passar este elemento a ligar-se diretamente, sem hífen, ao 2º elemento não iniciado por *b* ou *p*: *circunavegação*, *beneditoso*, *benquerer*, *benvindo*, mas *bemposto*, *bem bom*, *pambrasileiro*.

Com base no princípio geral aqui formulado, escrever-se-ão juntamente, sem hífen:

1. com *bem* e *mal*: *beneditoso*, *benquerer*, *benvindo*, *bencasado*, *bendisposto*, *bemposto*; *malacabado*, *malacostumado*, *malassado*, *malamada*, *malcriado*, *malumorado*

2. com *auto-*, *contra-*, *extra-*, *infra-*, *intra-*, *neo-*, *pseudo-*, *semi-*, *supra-* e *ultra-*: *auteducação*; *contrabertura*, *contrargumenta*, *contreboscada*; *extroficial*, *extraordinário*; *infrepático*, *introcular*; *neoárico*, *neobarroco*, *neoclássico*, *neoespanhol*, *neolênico*; *protistória*, *protorrevolução*; *pseudapocalíptico*, *pseudepígrafe*, *pseudoarte*, *pseudesfera*; *semiativo*, *semiárido*;

*suprepático, suprexcitante, supraomem, suprumanismo; ultrafino, ultrumano, ultrarrealismo, ultrassauro*

3. com *ante-, anti-, arqui- e sobre-*: *anteistórico* (mas *antistórico* = *anti* + *histórico*); *antigiênico; arquirrabino; sobressaia* (s.f.)

4. com *super-, inter- e hiper-*: *superomem, superrequintado; interelênico, interrelação; hiperidratação, hiperrítmico*

5. com *pan-*: *panromântico, pambrasileiro, pampsiquismo, panamericanismo, panarabista, panafricano, panarmônico*

6. com *circu(m)*: *circunavegação, circumlôquio*

7. com *co-*: *coautor, coeducação, coeitor, coerdar, coirmão, coopositor, corredator, corréu, coabitar*

8. com *além-, aquém-, nuper-, recém-, sem-, sota-, soto-, vice-, vizo-, ex-, pós-, pré- e pró-*: *alentejo, alentúmulo, alemparaibano, alenfronteira; aquenvida; nuperfalecido, nuperpublicado; recenformado, recensaído, recensintetizado, recenvindo; recenchegado; sencerimônia, senvergonha, senterra; sotapiloto; sotoministro; vicerreitor; vizorreí; exdiretor; posmeridiano; preanunciar, preescolar; probritânico, prorréu, procônsul*

9. com *entre-*: *entreato, entreostil, entreijuiense*

10. com *aero-, agro-, bio-, eletro-, maxi-, mini-, multi- e tele-*: *aerobarco, aeroelástico, agroaçucareiro, agrogeologia, biobibliografia, bioecologia, eletroclínico, eletrencefalograma, maxilobular, minicurso, multiarticular, telearquia, telepsiquia*

11. com *geo-, hidro-, macro- e micro-*: *geobotânica, geoeletricidade, geidrografia, geoistória, geossauro; hidrelétrica, hidroálcool, hidroematonefrose; macrogastria, macroistória, microssomo, microonda, microorbita*

12. com os sufixos de origem *tupi-guarani - açu, -guaçu e -mirim*: *fandangaçu, amoreguaçu, anajamirim, Cearamirim, Parnamirim.*

Pelas regras estabelecidas, separam-se por hífen do radical os seguintes prefixos:

a) *ab-, ad-, ob-, sob- e sub-*, quando o radical começa por *r* ou repete a consoante final do prefixo: *ab-rogar; ad-renal, ad-digital; ob-reptício; sob-roda, sob-bosque; sub-reino, sub-base*

b) *com-*, quando o segundo elemento começa por vogal: *com-aluno, com-irmão*

Dissemos antes que o princípio condutor de não levar a uma leitura defeituosa também se aplicaria à maioria dos casos do uso do apóstrofo. Por que a distinção entre *copo-d'água*, com o significado de "lanche ou colação que se oferece a alguém" e *copo dagua* 'medida'?

Eis aqui uma pequena amostra de como se pode apresentar uma sistematização de princípios gráficos com grande expectativa de que seja



aceita em Portugal e Brasil, aumentando as possibilidades de enlace ou unificação num campo extremamente importante da cultura e da política do idioma, mas também extremamente conflitivo e complicado da representação escrita de nossa língua comum.

### Bibliografia

- BARBOSA, J. Soares. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. Lisboa: Typ. da Academia das Sciencias, 1822.
- BARROS, João de. *Gramática da Lingua Portugueza*, reprod. fac-similada org. por M<sup>a</sup>. Leonor C. Buescu. Lisboa: Fac. de Letras, 1971.
- COELHO, J. M. Latino. *Parecer apresentado à Academia Real das Sciencias de Lisboa sobre a Reforma Orthographica proposta pela Comissão da Cidade do Porto*. Lisboa: Typ. da Academia, 1879.
- GONÇALVES, Maria Filomena. Madureira Feijó. *Ortografista do Século XVIII. Para uma História da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: ICALP, 1992.
- LOPES, Edmilson Monteiro. *Projeto de Ortografia Unificada da Língua Portuguesa. Análise Crítica*. Fortaleza: 1991.
- MARQUILHAS, Rita. *Norma Gráfica Setecentista. Do Autógrafo ao Impresso*. Lisboa: INIC, 1991.
- MIGLIORINI, Bruno. *Storia della Lingua Italiana*, 5<sup>a</sup> ed. Firenze: Sansoni, 1978.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: Dinalivro, s.d.
- VIANA, A. R. Gonçalves. *Ortografia Nacional: Simplificação e Uniformização Sistemática das Ortografias Portuguesas*. Lisboa: Livr. Tavares Cardoso, 1904.

### Notas

- <sup>1</sup> *Note sulla grafia italiana nel Rinascimento* (In *Saggi Linguistici*, Firenze, F. Le Monnier, 1957, 197-225).